

Ciência e o Processo de Construção da Identidade de Mulher

Dalmi Alves Alcântara



CIÊNCIA E O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE MULHER

Dalmi Alves Alcântara¹

Resumo

O presente artigo resgata as contribuições da ciência moderna na formação da identidade de mulher, suas implicações sócio-culturais e políticas, assim como, apresenta o percurso histórico-cultural desencadeado no campo científico e econômico, das crises às conquistas, que proporcionaram a abertura ao processo efetivamente emancipatório da mulher. Enfim, visualiza a crítica da tradição feminista ao conhecimento científico dualista, hierárquico, patriarcal e reducionista.

Palavras-chave: história, sócio-cultural, gênero.

Introdução

O processo histórico de construção da identidade de mulher é a questão principal que desenvolveremos nesse trabalho, com especial atenção à contribuição do pensamento científico e às implicações sócio-culturais e políticas desta construção. Para chegar a esse intento, apresentamos, em primeiro lugar, o processo histórico de formação da identidade de mulher e a crítica da tradição feminista; em segundo lugar, buscamos visualizar os aspectos históricos da construção da identidade de gênero e dos papéis sociais da mulher e do homem

¹ Mestre em Ciência da Religião pela Universidade Católica de Goiás. Professor do Centro Universitário de Goiás e da UEG. E-mail: dalmi@anhanguera.edu.br

no século XX; em terceiro lugar, procuramos compreender como a mulher tem apresentado o debate da questão da ciência, seus valores e seus paradoxos. Enfim, marcar a relação entre a razão, a experiência e as emoções, isto é, a integração do (no) conhecimento científico como um parâmetro importante na atividade de produção e aquisição de novos conhecimentos, hoje.

Processo histórico de formação da identidade de mulher

As últimas décadas do século XX destacaram-se pelas constantes crises, o colapso de instituições tradicionais e, ainda, as significativas transformações sociais, políticas e epistemológicas, que culminaram no processo de emancipação da mulher. Resgatar as contribuições da ciência moderna na formação de identidade da mulher e as implicações desta, conhecer o percurso histórico-cultural desencadeado no campo científico $\frac{3}{4}$ das crises às conquistas que proporcionaram a abertura do processo efetivamente emancipatório da mulher $\frac{3}{4}$ são os objetivos desse estudo. Enfim, buscamos visualizar a crítica da tradição² feminista ao pensamento científico dualista, hierárquico, patriarcal, reducionista e identificar sua perspectiva de atuação, conforme afirmação de Ribeiro:

a labuta principal das mulheres é a superação dos usos e

² É importante ressaltar que quando falamos em tradição epistemológica feminista deve-se entender toda história que levou aos questionamentos levantados pelo feminismo, à construção de novos conhecimentos ou reconstrução da própria ciência moderna, o que nos leva a pensar no plural: não há uma única forma de pensar, no feminismo, mas uma abertura às manifestações do pensamento.

abusos desta categoria identificada com “natureza”, portanto, com o sexismo biologizante. Não se pretende mais respaldar este núcleo essencialista, identificado com o instinto, com o sensível, com o intuitivo, com o afetivo, que remete a pessoa da mulher para o domínio do privado, do não-poder, do doméstico, da nutrição, da procriação, da reprodução, etc. (RIBEIRO, 1998, p.18).

Não podemos deixar de destacar a participação histórica e a tradição do pensamento feminista na ciência, na história e na sociedade. Segundo Gonçalves:

só muito recentemente temos tido acesso a uma historiografia que nos permite conhecer como era a vida das mulheres ou os seus pontos de vista nas sociedades usualmente estudadas sob os paradigmas clássicos. Nesse sentido é possível falar, numa perspectiva ampla, em lutas das mulheres (GONÇALVES, 1998, p.44).

Gomáriz (1992 apud GONÇALVES, 1998) destaca o momento histórico, as circunstâncias em que nasce o feminismo. Conforme o autor, o feminismo surge nos marcos do liberalismo, do Estado moderno, com a formulação das noções de Direitos Universais.

Ribeiro afirma que, com um novo rumo e nova força:

o feminismo introduziu as mulheres na cultura secular, de origem (então) claramente masculina, da razão, da autonomia, do domínio sobre a natureza, rompendo justamente com a tradicional identificação da mulher com a natureza (RIBEIRO, 1998, p.14-15).

com a identificação da mulher com o não-racional, o físico, o particular, o doméstico e investe em uma forma de pensar o mundo relacionada a uma nova prática. Não aceitando a idéia de apenas *um absoluto* ou uma verdade, pois é a variação nos métodos e objetivos que passa a caracterizar este novo modo de ser e pensar.

Gonçalves, ao comentar o posicionamento de Scott quanto ao surgimento do debate acerca das questões relacionadas a gênero, chama atenção para a

efervescência de discussões epistemológicas deste final de século e de milênio e ao esforço das feministas em encontrar terreno próprio de definição, diante da incapacidade dos paradigmas tradicionais em explicar as desigualdades entre homens e mulheres (GONÇALVES, 1998, p. 48).

Esse novo jeito de ser e pensar que está nascendo com as feministas, não admite dualismos, uma vez que está voltado para a pessoa como ser real e total.

É preciso estar ciente de que não existe pessoa humana abstrata, isto é, um humano não corporal. O que existe são pessoas humanas encarnadas no corpo, e este corpo surge no mundo mediante uma história que é única, no sentido de ser pessoal (RIBEIRO, 1998, p.21).

E, ainda mais, Ruether (1993) salienta que as mulheres precisam recusar o eu egoísta, modelado com base no individualismo masculino, e sustentar, ao invés dele, o “eu fundamentado”, que está relacionado com outras pessoas e com o serviço mútuo.

Gonçalves destaca também as importantes

contribuições de Foucault³ (1981, 2000, 1988) para a compreensão da construção de uma nova concepção de mulher e gênero. Afirma:

as contribuições de Michel Foucault com sua concepção de poder - afirmando suas conexões com as estruturas sociais, explodindo a idéia de um poder que governa de cima para baixo, mostrando-nos como opera intersticialmente em todas as direções, formando relações de poder (GONÇALVES, 1998, p.49).

A novidade que ela ressalta no pensamento de Foucault se trata de sua concepção de poder. Ele trata o poder como dispersão, o que pode ser compreendido quando visualizamos o poder enquanto força, relação, ação, movimento; um poder que não pode ser localizado ou apropriado, o que possibilita grandes alterações na prática e na compreensão do conhecimento científico, inclusive no que se refere à questão da mulher.

As implicações da identidade histórico-cultural de mulher estão, em grande parte, relacionadas à cultura judaico-cristã monoteísta masculina. Visto que a mulher assume, geralmente, a condição de servidora e dependente do homem na Igreja, o que é reproduzido na ciência e na sociedade.

Santiso apresenta a história da mulher em nível de América Latina. Segundo ela:

A mulher pobre, apesar de seu papel fundamental na economia

³ As contribuições de Foucault para a compreensão da questão de gênero podem ser vistas também na literatura da historiadora da UNB (RUETHER, 1993).

de auto-suficiência doméstica e da responsabilidade pelos trabalhos do lar, tem habitualmente péssimas condições de saúde pública e de educação: é relegada a plano secundário. Nos meios populares não goza sequer dos direitos mínimos que lhe cabem como ser humano. Fala-se de modos errados de viver “o feminino” na América Latina. (SANTISO, 1993, p. 107).

Santiso destaca também as condições nas quais ocorrem tais situações para a mulher.

Em primeiro lugar, enfatiza a submissão e a passividade que são realidades habitualmente aceitas pela mulher pobre enquanto “destino” ou mesmo “vontade de Deus”⁴, que se manifestam como resignação, passividade, aceitação de abusos sexuais, dependência. Enquanto realidades provenientes do destino da mulher ou da vontade de Deus levam às mulheres a se julgarem inferiores, não conhecerem suas possibilidades nem seus valores e, portanto, a não assumirem suas responsabilidades. A mulher acaba por adotar, inconscientemente, atitudes de menor, temores infantis de ser abandonada, espancada, de ficar desprotegida, sem apoio. Isto culmina na formação da própria identidade da mulher: “sente-se inferior, mais fraca, e aceita, com fatalismo, os castigos impostos pelo varão” (SANTISO, 1993).

Em segundo lugar, a autora nos chama atenção para a questão da realização da mulher. A realização pessoal da mulher

⁴ Não podemos deixar de considerar o significado da religião, enquanto legitimadora, nesse processo histórico-cultural de construção da identidade de mulher. A religião foi e é um grande instrumento de sustentação da estrutura sócio-cultural que representa o patriarcalismo e seus valores. Cf. ALCÂNTARA, Dalmi A. O catecismo da Igreja Católica e a construção sócio-cultural da concepção de mulher.

fica limitada ao fato praticamente biológico de *ter filhos*. Desconsiderando que a maternidade muitas vezes é fruto da violência, da promiscuidade ou do álcool. Destaca inclusive que até em situações desumanas, a maternidade continua sendo fundamental para a autovalorização da mulher.

Segundo Santiso (1993), a situação de violência e dominação doméstica é amplamente conhecida, silenciada e justificada de forma fatalista, enquanto *ordem*⁵ ou realidade imutável e necessária.

Além de Santiso (1993), Ruether (1993) também apresenta a situação da mulher na religião e na sociedade. O monoteísmo masculino reforça a hierarquia social de domínio patriarcal, por meio de seu sistema religioso. A autora afirma que Deus é modelado de acordo com a classe dominante patriarcal, e pensa-se que ele se dirige diretamente a essa classe de homens, adotando-os como seus filhos.

De acordo com a autora, os homens, na verdade, não são filhos, mas representantes de Deus, os parceiros responsáveis pelo pacto com ele, enquanto as mulheres, como esposas, tornam-se agora simbolicamente reprimidas como a classe servidora e dependente. E mais: juntamente com as crianças e os servos, elas representam aqueles que são dominados e possuídos pela classe patriarcal.

Acaba-se por concretizar uma hierarquia de Deus-homem-mulher, onde a mulher se torna ontologicamente secundária em relação a Deus, o que lhe dá uma identidade negativa em relação ao divino, como enfatiza Ruether (1993). Nessa hierarquia o homem é encarado essencialmente como

⁵ A concepção de ordem, a que a autora se refere, equivale à concepção de *nomia social*, de Berger (1985), necessária para a legitimação e manutenção da realidade. Cf. *Dosset Sagrado*.

imagem do ego transcendente masculino ou de Deus, enquanto a mulher é vista como imagem da natureza inferior, do material.

A religião, além de legitimar uma representação histórico-social determinada, pela formação da instituição familiar e de suas possíveis conseqüências para os familiares, representa um contexto maior, em que, segundo Ruether (1993), os papéis fisiológicos e sociais femininos são considerados inferiores, perigosos e poluidores em relação à religião e à cultura masculina. Isso, conseqüentemente, reduz o mundo da mãe ao círculo doméstico que consiste em dar à luz, amamentar, cuidar das crianças pequenas, transformar o cru em cozido, fazer utensílios domésticos, o que a distancia da ciência oficial masculina.

Nesse contexto doméstico, a mulher é levada a assumir uma identidade reducionista que a impede de perguntar por si mesma como pessoa humana. A mulher tem assumido, conforme salienta Ruether, a condição de:

menina bonita com quem se brinca e a quem se louva por sua graciosidade; ou a mulher sexy que manipula sua atratividade física; ou a boa esposa que granjeia elogios por ser uma dona-de-casa diligente e servir atenciosamente aos homens (RUETHER, 1993, p. 155).

Outro aspecto importante, salientado por Ruether (1993), no que tange à inferiorização na identidade feminina, é a redução das mulheres ao silêncio. Depois de serem reduzidas ao silêncio, o monopólio masculino sobre a definição histórico-cultural faz delas objetos e não sujeitos dessa definição. O que pode ser visualizado no momento em que os

homens definem as esferas masculina e feminina do ponto de vista hierárquico e patriarcal, restringindo ou eliminando interpretações provenientes do ponto de vista feminino.

Todos esses fatores nos impulsionam a compreender essa realidade paradoxal: a mulher como objeto da ciência moderna e a ciência sendo repensada pelo pensamento feminista. Há um contexto de construção e desconstrução na atualidade do pensamento científico ocidental.

Aspectos históricos do debate de gênero

Antes de discutirmos a questão da mulher e a ciência, buscaremos traçar alguns aspectos históricos relacionados ao debate de gênero, pois, as questões relacionadas à mulher surgem inicialmente no contexto do debate de gênero. Faz-se mister ressaltar que o gênero em estudo dá-se na perspectiva histórica e sócio-cultural.

Grossi nos apresenta um breve histórico da preocupação e dos estudos de questões de gênero. Segundo a autora, a problemática surge no bojo das lutas libertárias dos anos 1960, e cita alguns movimentos daquele período:

as revoltas estudantis de maio (1968) em Paris, a primavera de Praga na Tcheco-Eslováquia, os black panthers, o movimento hippie e as lutas contra a guerra do Vietnã nos EUA, a luta contra a ditadura militar no Brasil. Todos esses movimentos lutavam por uma vida melhor, mais justa e igualitária e é justamente no bojo destes movimentos “libertários” que vamos identificar um momento chave para o surgimento da problemática de gênero, quando as mulheres que neles participavam perceberam que, apesar de militarem em pé de

igualdade com os homens, tinham nestes movimentos um papel secundário. Raramente eram chamadas a assumirem a liderança política: quando se tratava de falar em público ou de ser escolhida como representante do grupo, elas sempre eram esquecidas e cabia-lhes, em geral, o papel de secretárias e ajudantes de tarefas consideradas menos nobres, como fazer faixas ou panfletar (GROSSI, 2000, p.30).

Além do que acabamos de citar, a autora destaca também outras questões bastante significativas deste momento, como o grande questionamento a respeito da sexualidade.

Segundo Grossi (2000), contribuíram para o questionamento da sexualidade naquele período questões como: a comercialização da pílula anticoncepcional, o questionamento da virgindade da mulher como valor para o casamento, a possibilidade do sexo como forma de prazer e não somente para a reprodução humana e o início do debate acerca destas questões na universidade. São nessas circunstâncias que se começa a perguntar pelo lugar das mulheres, até então invisível.

A autora afirma também que no Brasil⁶ gênero ou relações de gênero, como campo de estudos, surge nos anos 1970/80 em torno da condição feminina.

A concepção de gênero tem nesse contexto uma forma binária – $\frac{3}{4}$ homem/mulher $\frac{3}{4}$ onde não se admite qualquer variação $\frac{3}{4}$ o homem é superior à mulher, inclusive é ele quem detém o poder; e o que conseqüentemente não

⁶ Sobre a história do feminismo e a luta das mulheres no Brasil ver as obras: *Breve Histórico do Feminismo no Brasil*, de Maria Amélia de Almeida Teles(1999) e *Sexualidade da Mulher Brasileira. Corpo e Classe Social no Brasil*, de Rose Marie Muraro(1983).

poderia ser diferente: a concepção de gênero acaba por reproduzir o modelo binário, hierárquico e patriarcal da cultura ocidental.

A concepção de gênero predominante está relacionada ao contexto sócio-cultural e histórico vigente. Enquanto não se desenvolver uma *nova concepção de gênero*, não será possível ampliar a concepção de mulher. Até pode acontecer de se inverterem os pólos, mas continuará binária e hierarquizada, o que para o ser humano e a cultura não implicaria avanço significativo, pois, aquele que se mantém na posição hierarquicamente superior não fica numa posição tão cômoda assim. Boris (2000) quando fala da condição do homem na contemporaneidade retrata uma situação que chama de mal-estar da masculinidade.

No entanto, para Bidegain, a categoria gênero, na perspectiva histórica:

envolve o estudo da relação que se estabelece entre eles, relação que é hierarquizada; logo, a categoria de gênero torna-se chave fundamental para compreender a estruturação do poder social, econômico e político, e isto dá embasamento para o estudo histórico da sociedade (BIDEGAIN, 1996, p. 22).

É interessante destacar também a diferenciação entre a questão biológica e histórico-cultural com as quais se costumam fazer muitas confusões quando se trata do conceito e da identidade de gênero. Segundo Bidegain, a distinção entre o biológico e o cultural faz-se necessária pela quantidade de interpretações diferentes e tendenciosas que se desenvolvem historicamente. Afirma:

partimos da constatação de que, embora biologicamente nascamos macho ou fêmea, a construção da identidade feminina, masculina ou homossexual, ou seja, a construção dos gêneros, é uma construção social e cultural e, portanto, um processo histórico e sujeito a ser historiado (BIDEGAIN, 1996, p. 22).

Quando situamos gênero como uma categoria de pensamento relacionada às diferenças sexuais, uma categoria construída e difundida social e historicamente, faz-se necessário afirmar que não é possível aceitá-lo sendo algo definitivo ou imutável, algo fechado, categoria pronta. Pelo contrário, gênero se constrói a cada instante, em cada contexto, isto é, em cada realidade social e cultural específica.

Grossi (2000) não só aceita a possibilidade de mudanças conceituais, como ressalta a necessidade de modificar cotidianamente o que é esperado dos indivíduos do sexo feminino; segundo ela, o gênero entendido como associado ao sexo biológico está em permanente mudança e ajuda a reconfigurar as representações sociais de feminino e de masculino.

A autora entende os papéis de gênero relacionados à questão da historicidade e a noção de gênero vigente na sociedade; que os papéis de gênero vão influenciar diretamente a identidade de gênero. Os papéis de gênero poderão mudar de acordo com as exigências histórico-sociais, mas estarão condicionados à identidade de gênero vigente.

Outra contribuição importante de Bidegain (1996) é acerca dos excluídos/as⁷ e do silenciamento que tem perpassado

⁷ Quem desenvolve também a questão dos excluídos da história é Michelle Perrot em seu Livro *Os Excluídos da História* (1988). Ela fala sobre os operários, as mulheres e os prisioneiros.

à historiografia⁸, que ajuda o ser humano entender também a questão de gênero, ela fala de uma crescente conscientização quanto à exclusão das mulheres da tomada de decisões.

Exclusão esta que tem sido justificada e ainda legitimada pela historiografia, na medida em que as categorias de análise até agora utilizadas e a própria concepção historiográfica predominante centrada na história do poder, tornava invisível a história de quem eram os excluídos/as desse mesmo poder (BIDEGAIN, 1996, p. 13).

Dentre os de história invisível⁹ a autora visualiza a mulher. É notável aqui uma relação direta na historiografia entre a questão do poder e a identidade de gênero, uma vez que os excluídos pela condição de gênero são também os excluídos da estrutura do poder.

O processo de emancipação da mulher nas últimas décadas, conforme afirma Bidegain (1996), proporcionando-lhe a obtenção de direitos civis e políticos e a condição de agente sócio-histórico, deu-se fundamentalmente pelo acesso à educação e a participação nas lutas sociais¹⁰. Segundo a autora, foi relevante nesse processo a multiplicação dos estudos que procuravam tirar a mulher da invisibilidade a que fora submetida. A entrada das mulheres no debate e questionamento do

⁸ Sobre a mulher na história e a história pela mulher: Cf. *A História do Mundo pela Mulher*, de Rosalind Miles(1989).

⁹ Sobre o silenciamento da mulher na religião e na sociedade (a autora faz uma releitura de Durkheim) Cf. *Onde o Silêncio Fala. Feminismo, Teoria Social e Religião*, de Victória Lee Erickson(1998).

¹⁰ Outra autora que trabalha o processo de crescimento da mulher e suas lutas é Maria das Dores Campos Machado(2000) em seu texto *Carismáticas e Pentecostais: A Dimensão Feminina nos Movimentos Revivalistas*. Ela fala inclusive da contribuição proveniente de: aumento de separações, crescimento na chefia feminina das famílias e da maior participação das mulheres em atividades remuneradas.

pensamento e estruturas científicas possibilitou o processo de emancipação da mulher e sua retirada da invisibilidade.

Fato importante percebido por Bidegain (1996) foi a preocupação em não escrever a história a partir da perspectiva dos que tinham o poder em suas mãos, seja este econômico, político, científico, cultural, do qual as mulheres, de modo geral, foram excluídas.

Outro fato marcante na construção da identidade dicotômica de gênero pode ser verificado na relação explicitada por Bidegain (1996) entre o método científico¹¹ baconiano e a justificação fundamentada na vontade divina. Segundo a autora:

o método experimental baconiano, central no seu projeto, se propõe uma dicotomia entre homem e mulher, pensamento e matéria, objeto e sujeito, razão e emoção, enquanto paralelamente conjugavam-se o masculino e o domínio científico da natureza, da mulher e do mundo não-ocidental (BIDEGAIN, 1996, p. 17).

Além dos dualismos reforçados pelo método experimental baconiano, importantes na formação da concepção binária de gênero, que contribuíram para a sujeição da mulher, a autora apresenta a violência legitimada pela religião, sob o pretexto do método científico, para a dominação e exploração inescrupulosa da natureza.

As imagens de sujeição e domínio da natureza, criadas pelo programa baconiano e a revolução científica, eliminaram as relutâncias anteriores e se tornaram o aval cultural para a depredação da natureza e o avanço cruel e dominador do

¹¹ Sobre as ciências e a mulher falaremos na próxima parte desse artigo.

homem branco portador da ciência e da técnica, sobre milhões de seres humanos, utilizando como metáfora a vontade divina do domínio do homem forte e sábio sobre a mulher bela, porém fraca e incapaz. O uso da violência, em todas as suas formas, ficava justificado e legitimado (BIDEGAIN, 1996, p. 17-18).

Podemos verificar que há uma relação em nível mais amplo, entre a concepção de mulher e o contexto cultural, científico, técnico e religioso - como justificação e legitimação - sob o aspecto do poder/subordinação, dominação e exclusão.

Entretanto, não foi apenas a imagem da mulher que foi tornada invisível na cultura científica ocidental. Bidegain (1996) afirma que o programa proposto pelos teóricos da revolução científica não incluía todos os seres humanos, pois na prática beneficiava somente o empresário europeu do sexo masculino, ao unificar a ciência, o poder econômico e o político.

Segundo Bidegain (1996), a histórica caça às bruxas dos séculos XVI, XVII e XVIII, visou aniquilar a mulher cientista e especialista, e se deu justamente durante a época da revolução científica.

Conforme afirmamos, o contexto de exclusão não é a única forma de atuação do poder e não envolve apenas as mulheres, podemos falar também da submissão. A submissão se destaca como outro elemento que, fruto da unificação dos poderes, não é aplicada apenas à mulher, mas se estende a outros grupos da sociedade. Segundo afirma Bidegain (1996): O abandono da concepção materna da natureza por obra e graça da ciência moderna e o casamento entre o conhecimento e o poder, levaram igualmente à submissão da mulher e das populações não européias.

Constrói-se uma concepção de gênero relacionada às

concepções históricas, científicas, culturais, econômicas, políticas e religiosas de poder.

A mulher e a ciência¹²

Em se tratando mais especificamente da relação histórica entre mulher e ciência, é importante perceber que, a ciência moderna coloca frente aos conhecimentos (aparentemente) reais, verdadeiros, neutros, imparciais, objetivos e universais, e daí provém sua credibilidade, seu status, um tanto de religião, por conter ou pretender conter tais características. Com isso, não pretendemos negar a significação e a evolução fantástica possibilitada e promovida pela ciência: evolução técnica, científica e, inclusive, epistemológica. Mas, perceber, como se dá na ciência moderna, a relação entre o conhecimento e o corpo, isto é, qual é o papel que o corpo exerce em relação ao conhecimento e sua contribuição para a formação da identidade de mulher.

O que se tem destacado em termos de conhecimento científico não nos parece da forma como foi exteriorizado, objetivado e interiorizado¹³ pela própria sociedade. Permanecem ainda muitas questões a serem respondidas. Como exemplos: como falar em um conhecimento imparcial, objetivo e neutro, partindo do pressuposto que esse conhecimento provém apenas da razão? Não é a razão

¹² Em determinados momentos pode-se perceber aqui uma “certa confusão” entre os termos ciência e filosofia moderna, nesse artigo, prioritariamente, usaremos o pensamento moderno, uma vez que acreditamos representar a totalidade (ciência, filosofia, religião, ...) da mentalidade deste momento histórico. Outrossim, o mais importante é perceber que tudo isso é percebido em oposição ao corpo, ao sensorial e a mulher.

¹³ Termos usados por Peter Berger (1985), em *Dosset, Sagrado*.

simplesmente 'uma' dimensão do ser humano? Como fica a identidade de mulher em relação à ciência? Questões como estas ainda continuam a desafiar ao próprio conhecimento.

A partir das questões colocadas acima, que nos parecem problemáticas e problematizadoras, é que pretendemos refletir sobre a ciência moderna e falar em um conhecimento que não tem a pretensão de ser absoluto, imparcial, neutro, universal, mas nos interessa pensar um conhecimento que provém do indivíduo como um todo, sem dualismos, um conhecimento que não nega o corpo e seu significado na aquisição e disseminação do conhecimento. Para tanto, buscamos uma compreensão do conhecimento que foge aos ideais da ciência e da filosofia moderna, um entendimento da ciência sem a negação do corpo e do sensorial, estruturado na contribuição significativa das pensadoras feministas e de filósofos e epistemólogos chamados pós-modernos, como Michel Foucault.

Ressaltamos a contribuição do estruturalismo foucaultiano em relação ao pensamento feminista e a crítica à ciência moderna. No entanto, não se afirma que Foucault estruturou uma epistemologia pós-moderna, o que também não seria completamente equivocado ao se fazer uma leitura de suas obras.

Além da contribuição de Foucault (1981, 1988, 2000), é importantíssimo o papel desempenhado pelo pensamento feminista no questionamento aos parâmetros de avaliação e sustentação do conhecimento científico moderno. O pensamento feminista questiona a epistemologia ocidental (objetiva, imparcial, neutra, universal, dualista, hierárquica e patriarcal). Vejamos seu aspecto crítico:

(uma epistemologia) tanto hierárquica como piramidal. Esse sistema valoriza mais algumas modalidades de conhecimento do que outras e eleva um tipo a uma posição de primazia e de independência em relação aos outros. A ciência e a filosofia empenham-se em alcançar e defender esta forma de cognição, altamente desejável: objetiva, factual, Razão Pura (WILSHIRE, 1988, p. 101).

A autora ressalta as questões da divisão, hierarquização e das convicções do pensamento moderno.

Além de Wilshire, importantes autoras feministas vêm se destacando tanto na luta pela mudança nos parâmetros epistemológicos como na prática social objetivada em nossa cultura ocidental, como: Donna Haraway, Teresa de Lauretis, Alisson, Branca, Schott, e tantas outras.

O que nos interessa abordar aqui são aspectos da história da relação corpo e conhecimento, refletir sobre o corpo como lugar e sujeito de conhecimento em um novo parâmetro epistemológico. Na fronteira entre a ciência moderna, marcadamente ocidental, e o pensamento feminista, verificar como a mulher constrói sua identidade.

Segundo Haraway,

as feministas têm interesse num projeto de ciência sucessora que ofereça uma explicação mais adequada, mais rica, melhor do mundo, de modo a viver bem nele, e na relação crítica, reflexiva em relação às nossas próprias e as práticas de dominação de outros e nas partes desiguais de privilégio e opressão que todas as posições contêm (HARAWAY, 1995, p. 15).

Quando se trata do relacionamento entre o corpo e o

conhecimento, um fator é bastante representativo no pensamento moderno: a hegemonia da razão, em detrimento do corpo. Daí podemos perceber que o conhecimento vem geralmente relacionado à razão e o corpo relacionado à emoção. Quem distingue essa representação de forma bastante interessante é Jaggard, quando afirma:

A razão não só se opõe à emoção, mas é associada ao mental, ao cultural, ao universal, ao público e ao masculino, enquanto a emoção é associada ao irracional, ao físico, ao natural, ao particular, ao privado e, obviamente, ao feminino (JAGGARD, 1988, p. 157).

Dessa forma, é possível notar as primeiras características desse modo dualista, hierárquico e patriarcal de conceber o pensamento científico moderno e as coisas em geral. O que reflete histórico-culturalmente, além das relações entre as coisas, as relações entre as pessoas, em um modo sexista e claramente dualista de ver as relações da ciência moderna com a mulher, o que tem sido questionado pelo pensamento feminista.

Nas *simples e ingênuas* situações cotidianas é possível notar que, não é apenas o pensamento feminista mas, tudo o que concerne ao feminino vem sendo relacionado a juízos de valor no modo dualista e hierárquico, como bom ou ruim, mais ou menos importante, científico e não-científico; na maioria dos casos, do lado oposto ao melhor e mais significativo. Conforme destaca Wilshire (1988) o conhecimento, ou consciência saudável do mundo, vem de muitos tipos de saber operando em conjunto ou em turnos, com nenhum deles recebendo, em última análise, mais valor do que outros.

Para completar, Foucault (2000) vem demonstrar a importância do corpo como detentor de poder, esclarecer a importância deste na condição de mecanismo de dominação do próprio corpo, do conhecimento e da pessoa como um todo. Mas não é só a relação com o corpo que é problema. O problema se refere ao método, a forma como se relacionam o conhecimento e a ciência com a própria realidade, isto é o mais problemático.

Esse autor propõe uma nova teoria do conhecimento, se é que podemos chamar assim, o que ele denomina Arqueologia. Esta *“caracteriza-se pela variação constante de seus princípios, pela permanente redefinição de seus objetivos, pela mudança no sistema de argumentação que a legitima ou justifica”* (MACHADO, 1988). Exatamente aqui é possível visualizar este novo horizonte de um relacionamento mais próximo entre o corpo e o conhecimento e uma afinidade com o pensamento feminista, pois Foucault não nega o corpo e reconhece a temporalidade (variação/dispersão) de todo o conhecimento.

Conforme mencionado, Foucault (2000) possibilitou, em certo sentido, o fortalecimento do movimento feminista pela mudança nos parâmetros de construção e reconstrução do conhecimento.

Enfatiza-se a afirmação de Ribeiro sobre a identificação da mulher com a natureza, isto é, com o não racional, o físico, o particular, o privado:

o feminismo introduziu as mulheres na cultura secular, de origem claramente masculina, da razão, da autonomia, do domínio sobre a natureza, rompendo justamente com a tradicional identificação da mulher com a natureza

(RIBEIRO, 1998, p. 14-15).

Junto a esta nascente maneira de pensar o mundo está intrinsecamente relacionada uma nova prática onde não é possível aceitar a idéia de apenas *um absoluto, uma verdade*, pois é a variação nos métodos e objetivos que passa a caracterizar este novo conhecimento. Com isso, não podemos trabalhar com a separação razão/corpo, uma vez que o pensamento feminista está voltado para a pessoa como ser real, integrado e concreto, ou seja,

é preciso estar ciente de que não existe pessoa humana abstrata, isto é, um humano não corporal. O que existe são pessoas humanas encarnadas no corpo e este corpo surge no mundo mediante uma história que é única, no sentido de ser pessoal (RIBEIRO, 1998, p. 21).

Parece que tanto Foucault (1981) como Ribeiro (1998), assim como outras pensadoras feministas, citadas ou não, levam a uma nova forma de nos relacionar com o conhecimento científico e o corpo. Assim, não é possível acreditar em um conhecimento que provém apenas da razão, em detrimento do corpo, um conhecimento que contribui com a hierarquização não só dos conhecimentos, mas das pessoas e, um conhecimento que não tenha como pressuposto a pessoa humana e suas reais potencialidades, necessidades e vontades. Não se tem o intuito de negar que o conhecimento provém da razão (ciência). Entretanto, não sabemos de nenhuma razão produzindo conhecimento de qualquer valor que seja, fora de um corpo, vivo.

O corpo e a razão são partes que constituem um todo, que produz, conjuntamente, não apenas conhecimento, mas

estão em tudo interdependentes. Assim, “*todo agir humano implica sua corporalidade em qualquer que seja a dimensão*” (RIBEIRO, 1998). Dessa forma, a ciência dualista, hierárquica e patriarcal perde sentido e uma ciência assume novos rumos, na perspectiva da integração, o que certamente refletirá na identidade de mulher construída e instituída histórico-culturalmente.

Todo o debate acerca da mulher na ciência e da ciência para a mulher conquista espaço, principalmente, por meio da discussão em torno da construção da identidade de gênero.

A integração no campo científico e a (re)construção da identidade de mulher

A relação entre a razão, experiência e emoções, a integração do conhecimento como um novo parâmetro na atividade de produção e aquisição de novos conhecimentos serão abordados nesse item.

Para aprofundar na pesquisa quanto a este parâmetro científico, lembramos algumas questões colocadas no início deste texto. Como falar em um conhecimento imparcial, objetivo e universal, partindo do pressuposto que esse conhecimento provém apenas da razão? Não é a razão simplesmente *uma* dimensão do ser humano?

Para compreendermos a reconstrução da identidade de mulher, estas questões serão abordadas com ênfase nas características dos novos paradigmas epistemológicos; sem dualismos, fundamentando-as no saber localizado, que visa a integração do ser humano como um todo e com o todo.

Nesse intento, a contribuição de Wilshire (1988) é fundamental. Ela nos possibilita perceber que:

A emoção, a paixão e a especulação impetuosa tornam-se essenciais para a ciência. (Diz ela) Prevejo o dia em que todos os debates de idéias e de ciência incluirão poesia, história oral, literatura e alusões emocionais. Estou ansiosa por ler uma astrônoma - matemática que dê aos ritmos, à música e a dança que sente em seu corpo, enquanto está observando, a mesma atenção que dá ao observado: a dança cósmica, o fluxo e a energia que está reduzindo a fórmulas ou sobre os quais está especulando (WILSHIRE, 1988, p. 116).

A autora destaca, portanto, a importância da pessoa vivenciar de forma prazerosa, cheia de vida, tudo o que estiver fazendo, inclusive ciência. Ou seja, que não se prevaleça o dualismo radical e frio presenciados nos últimos séculos entre ciência e realidade. Dessa forma, é possível e importante que a ciência esteja inserida na vida e a vida na ciência. Que a ciência esteja em função da vida e, a pessoa reconheça, viva as alegrias dos progressos científicos. Ao unir ciência e vida, a autora quebra os dualismos e resgata a identidade da mulher, antes desligada do processo de produção científica, como agente capaz de unir razão e emoção, assim como a identidade do homem, antes desligada da realidade da vida e, supostamente, das emoções.

Entretanto, nunca a ciência e o cientista, conseguiram desligar-se totalmente da emoção, do prazer. Jamais o cientista deixou de comemorar uma nova descoberta ou os passos de um processo que levasse a evoluções e revoluções científicas. *Acreditamos que “a ciência, a literatura e a arte devem valorizar-se mutuamente, incorporar e compartilhar os métodos e formas umas das*

outras” (WILSHIRE, 1988, p.116).

Por outro lado, os dualismos têm suas razões de existir e persistir. Eles servem a determinados grupos que insistem em deter o poder¹⁴ de *controlar* corpos e mentes, vinculado não simplesmente a pessoas individuais, mas a um sistema mais amplo – patriarcal, machista, hierárquico, determinista, ideológico – que têm dominado a produção do conhecimento e os instrumentos de produção e divulgação.

Haraway (1995)¹⁵ propõe “os saberes localizados”, quando aborda a questão da ciência para o feminismo e o manifestação da perspectiva científica parcial.

Entre as questões colocadas pela autora, uma expressa grande parte de nossas preocupações: a objetividade científica. A autora expõe os motivos para desmascarar esse modo de pensar, afirma: “*desmascaramos as doutrinas de objetividade porque elas ameaçavam nosso nascente sentimento de subjetividade e atuação histórica coletiva e nossas versões corporificadas da verdade*” (HARAWAY, 1995, p.15). Esta questão nos preocupa exatamente por sua manifestação dualista, onde relaciona objetividade e subjetividade e, ainda, por configurar um posicionamento a-histórico às questões científicas.

Outra questão trabalhada pela mesma autora, é o interesse das feministas em uma nova forma de pensar e fazer ciência, que não esteja tão desligada da vida e do mundo:

¹⁴ Foucault, nas obras relacionadas neste trabalho, apresenta importante debate acerca da questão do poder. Apresenta uma concepção de poder que não permite ser manipulado, controlado de fora ou apropriado por outrem: o poder é dispersão.

¹⁵ Referimo-nos ao artigo de Haraway (1995), intitulado *Saberes Localizados*. Salientamos, ainda, que nossa reflexão acerca dos conhecimentos integrados conta com grande inspiração e contribuição desta importante autora do pensamento feminista e da construção de uma nova maneira de relacionar ciência, corpo e conhecimento.

(que nos) ofereça uma explicação mais adequada, mais rica, melhor do mundo, de modo a viver bem nele, e na relação crítica, reflexiva em relação as nossas próprias e as práticas de dominação de outros e nas partes desiguais de privilégio e opressão que todas as posições contém (HARAWAY, 1995, p. 15).

Sem dúvida, não é possível aceitar a idéia de um conhecimento desintegrado, imparcial e universal e da urgência de uma reformulação no pensamento científico moderno.

Não é pretensão desse artigo negar simplesmente a ciência e a filosofia modernas, mas situá-las em um plano não apenas da abstração, da negação e da exclusão. É importante o poder das teorias críticas modernas sobre como significados e corpos são construídos, não para negar significados e corpos, mas para viver em significados e corpos que tenham a possibilidade de um futuro, promovam a esperança, a concretização de dias melhores para a humanidade; sem tanta negação, subordinação e exclusão, conforme salienta Haraway (1995).

Por fim, para resgatar o todo da pessoa e todas as pessoas, como produtor e produto do conhecimento, nesse processo integrado, necessário se torna considerar o ser humano como um todo.

Os órgãos sensoriais como parte do ser são necessários para qualquer produção humana, científica ou não. Uma pessoa desprovida de um ou alguns dos sentidos pode muito bem produzir cientificamente. Contudo, desconhecemos qualquer conhecimento que, excluindo ou dispensando todos os órgãos dos sentidos, seja digno de credibilidade. Menos

ainda, um conhecimento com pretensão a objetividade, neutralidade e imparcialidade.

A partir da perspectiva feminista, chegamos aos *conhecimentos integrados* como caminho para um novo modo de ser e produzir conhecimentos, descobrir horizonte novo para relações sociais mais humanas e humanizadoras. É inconcebível essa história de convivência e convivência passiva com um modelo de ciência que discrimina e exclui a maior parte dos conhecimentos¹⁶ que foram e são produzidos, bem como as pessoas que os produz. É necessário reagir contra a sua posição histórica que legitima uma sociedade de classes, mediante o dualismo ciência e não-ciência, razão e emoção, homem e mulher.

Considerações finais

A construção da identidade de mulher está diretamente relacionada com o desenvolvimento do pensamento científico, religioso e histórico ocidental, o que desencadeia uma série de implicações sócio-culturais e políticas para a vida da mulher e de todo ser humano.

No século XX, mais especificamente, após os anos 50, pode-se visualizar que as conquistas da mulher foram mais marcantes: conquista de direitos, mais liberdade e espaço no cenário político e acadêmico.

Foram suas conquistas que, impulsionadas pelas mudanças na situação política e econômica mundial, abriram espaço para o desenvolvimento de um processo histórico-

¹⁶ Referimo-nos ao conhecimento proveniente dos valores culturais, religiosos, das comunidades populares e da mulher, tido como não ciência.

cultural que fez dela sujeito fundamental para a reconstrução do pensamento, da história e da ciência no contexto atual.

Abstract

This article presents the modern science contributions in the construction of women identity and her social-cultural and politics influences, presents the historical-cultural process in the science and economy, the crisis and conquests, that provided the emancipation process of the woman. Finally, visualize the critics of feminist's tradition to the reductionist, patriarchal, hierarchic and dualist scientific knowledge.

Key-words: history, social-cultural, gender.

Referências Bibliográficas

ALCÂNTARA, D. A. O catecismo da Igreja Católica na

construção sócio-cultural da concepção de mulher.

Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião). Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2002.

BERGER, P. **Dossel sagrado**. São Paulo: Paulinas, 1985. p. 15-113.

BIDEGAIN, A. M. (Org.) **Mulheres**: autonomia e controle religioso na América Latina. Petrópolis: Vozes/Cehila, 1996.

BORIS, G. D. J. B. Do mal-estar masculino na contemporaneidade. In: **Cadernos de Área**. Vol. 9. Estudos de Gênero. Goiânia: UCG, 2000. p. 11-27.

ERICKSON, V. L. **Onde o silêncio fala feminismo**: teoria social e religião. São Paulo: Paulinas, 1998.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**. A Vontade de Saber. 12. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. **Microfísica do poder**. 2 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

_____. **Vigiar e punir**. Nascimento da prisão. 23 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

GONÇALVES, E. Pensando o gênero como categoria de análise. In: **Cadernos de Área**. Vol. 7. Estudos de Gênero. Goiânia: UCG, 1998. p. 41-60.

GROSSI, M. P. Identidade de gênero e sexualidade. In: **Cadernos de Área**. Vol. 9. Estudos de Gênero. Goiânia: UCG, 2000. p. 29-46.

HARAWAY, D. Saberes localizados. In: **Cadernos Pagu**, n. 5, 1995. p. 07-41.

JAGGAR, A. M. Amor e conhecimento: a emoção na epistemologia feminista. In: **Gênero, corpo e conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1988. p. 157-181.

MACHADO, M. das D. C. & FERNANDES, S. Carismáticas e pentecostais: A dimensão feminina nos movimentos revivalistas. **Revista Magis**. Rio de Janeiro: Loyola/PUC, 2000.

MACHADO, R. **Ciência e saber**. A trajetória da arqueologia de Foucault. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

MILES, R. **A história do mundo pela mulher**. Rio de Janeiro: LTC/Casa-Maria, 1989.

MURARO, R. M.. **Sexualidade da mulher brasileira**. Corpo e classe social no Brasil. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.
PERROT, M. **Os excluídos da história**. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

RIBEIRO, Z. F. **A mulher e seu corpo** – magistério eclesial e renovação da ética. Aparecida: Santuário, 1998.
RUETHER, R.R. **Sexismo e religião: rumo a uma teologia feminista**. São Leopoldo: Sinodal, 1993.

SANTISO, M.T. **A mulher**: espaço de salvação. São Paulo: Paulinas, 1993.

TELES, M. A.de A. **Breve história do feminismo no Brasil**. Col. Tudo é História n. 145. São Paulo: Brasiliense, 1999.

WILSHIRE, D. Os usos do mito, da imagem e do corpo da mulher na re-imaginação do Conhecimento. In: **Gênero, corpo e conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1988. p.101-125.